

A promoção da saúde, como campo conceitual e de prática, tem recebido nos últimos anos, em todas as partes do mundo, uma substantiva atenção de gestores e profissionais da saúde, pelas possibilidades criativas e inovadoras que oferece na abordagem dos problemas de saúde de populações e indivíduos. Assim dizem aqueles que se inserem no que denominam campo da promoção da saúde.

Entretanto, o que se observa é que numerosas iniciativas, de diferentes naturezas, têm sido rotuladas de “promoção da saúde”. Isto tem suas vantagens e desvantagens. De um lado, representa uma quebra do monopólio da assistência curativa no debate conceitual e de práticas na área da saúde, o que é muito bom, porque questiona uma hegemonia que se construiu ao longo de quase toda a história social da medicina e da saúde, com direito a aprofundamentos no século 20; mas, ao reunir experiências tão diversas desafia os profissionais envolvidos a buscar maior precisão na conceituação e nos métodos de trabalho utilizados no autodenominado campo da promoção da saúde.

Por isto vem bem a calhar este número de *Ciência & Saúde Coletiva* ao propor realizar um debate conceitual e apresentar experiências concretas de avaliação de programas autodenominados de promoção da saúde.

Corroborando nossa afirmação inicial, encontramos neste número, sendo avaliadas como iniciativas de promoção da saúde, experiências tão diversas como os municípios e comunidades saudáveis em Cali (Colômbia); ações relacionadas com a saúde dos idosos; uma rede de comunicação e informação; duas iniciativas de DLIS no Rio de Janeiro; uma proposta de habitações saudáveis; uma proposta para um programa nacional de promoção da saúde; um trabalho de promoção da saúde num centro de saúde-escola; e artigos que exploram aspectos conceituais e metodológicos da avaliação em promoção da saúde propriamente dita, inclusive o debate, que é o artigo central do volume.

Esta diversidade de experiências encontra nesta edição um denominador comum que é a questão de sua avaliação. Num tempo em que, como se afirma no debate, as evidências de políticas públicas são cada vez mais exigidas por gestores, políticos e, também, pelos contribuintes que pagam as contas, e que, simultaneamente, afirma-se que a promoção da saúde é capaz de realmente promover a saúde e reduzir os custos globais dos sistemas de saúde, a revista está fazendo uma excelente contribuição ao debate.

As conclusões, prudentemente, são provisórias e cobram continuidade, como se espera de todo o trabalho científico responsável, em particular num campo conceitual e de prática novo, que, entretanto, vem se firmando como um espaço de esperança, diante de tantas iniquidades e esforços muitas vezes vão e caros para melhorar a saúde individual e coletiva nas sociedades contemporâneas.

Paulo M. Buss  
*Editor convidado*